

A atuação do PCB na Guerra de Porecatu: Considerações acerca da delação empreendida por Celso Cabral de Mello, o "capitão Carlos"

Leandro Cesar Leocádio

A Guerra¹ de Porecatu, também conhecida como Guerra do Quebra Milho² ou Guerra da Coréia Paranaense³, foi um acontecimento que se deu entre os anos de 1940 e 1950 na região norte do Paraná, onde hoje se concentram as cidades de Guaraci, Centenário do Sul, Jaguapitã e Porecatu, envolvendo diretamente a participação de posseiros e do PCB, de um lado, e fazendeiros, jagunços, grileiros, polícia, de outro.

No romance histórico “Terra Vermelha”, do escritor londrinense Domingos Pelegrini, o autor realiza um apanhado de como se deu o processo de colonização de Londrina, fazendo menção a outras cidades da região e, de forma rápida e sucinta, comenta sobre a Guerra de Porecatu. Esta pequena citação sobre este conflito armado deflagrado no norte paranaense foi à fagulha que despertou o interesse por se obter maiores informações acerca deste evento.

Assim, iniciou-se uma busca por dados mais detalhados sobre a guerra em si, quais os motivos que a geraram, quem eram os atores sociais envolvidos diretamente neste episódio. Dessa forma, outro romance histórico “Terra Roxa de Sangue”, escrito pelo professor de Letras da UEL (Universidade Estadual de Londrina) Joaquim Carvalho da Silva, apresenta-se como uma importante fonte. O livro narra às amarguras e desilusões por que passaram homens oriundos de diversos cantos do Brasil, que acreditaram em falsas promessas de governantes.

* Estudante de Especialização em História Social pela UEL (Universidade Estadual de Londrina) e aluno especial de Mestrado em História Social pela mesma instituição.

¹ Como veremos no decorrer do trabalho, o intuito do PCB era, através da luta armada, tomar o poder. Segundo as fontes estudadas para este trabalho, o conflito ocorrido na região de Porecatu pode ser entendido como um dos possíveis embriões desta possibilidade. Daí a opção pela palavra Guerra, pois, dando certa esta escolha pela luta armada em Porecatu, o intuito seria levar a cabo esta perspectiva Brasil afora, conforme propostas presentes no “Manifesto de Agosto”.

² “Na Roça, o quebrador dobra o pé de milho para arrancar a espiga, arranca, põe para secar e depois debulha. As espigas eram os rebeldes.” Depoimento de José Jimenez, O Estado de São Paulo, 19 dez. 2010.

³ Como foi batizada pelos militares na época devido ao fato de, praticamente no mesmo período da Guerra de Porecatu, as duas Coréias, a do Norte e a do Sul, terem entrado em guerra uma com a outra.

Em meados dos anos de 1940, na busca por desbravar áreas no interior do Brasil ainda pouco ou nada exploradas, o governo de Getúlio Vargas incentivou uma política expansionista, conhecida como Marcha para o Oeste. No Norte do Paraná, o então interventor Manoel Ribas disponibilizou um território de aproximadamente 120 mil hectares para loteamento em pequenas propriedades que poderiam ser adquiridas a preços bem acessíveis. Bastava ao interessado pelas terras escolher o lote, derrubar a mata, nas terras produzir, pagar corretamente os impostos referentes à posse e viver na área pelo período mínimo de seis anos: essas eram as obrigações dos interessados em adquirir seu próprio pedaço de terra.

A notícia da existência dos 120 mil hectares devolutos espalhou-se como um rastilho de pólvora por todo país e que acabou por provocar uma ocupação desenfreada e desordenada da região. Na ânsia por um lote, dezenas de famílias chegaram a ocupar terras particulares – e com isso começaram a mexer com um vespeiro (FELISMINO, 14 jul 1985).

Quando, em 1945, Getúlio Vargas e seus interventores, entre eles Manoel Ribas, foram depostos, Moisés Lupion se elege governador do Paraná, iniciando uma administração que ficou marcada por intensos conflitos pela posse da terra no Norte do Paraná. As terras antes disponibilizadas aos posseiros eram agora questionadas por Lupion. Da noite para o dia, estes sitiados viam suas posses serem cercadas, demarcadas; jagunços, grileiros, capangas invadiam casas, aterrorizando aqueles preocupados somente com o que por direito acreditavam a eles pertencer.

Em um primeiro momento os posseiros recorreram à justiça, na esperança de que ela os amparasse, lhes garantindo as terras que consideravam como suas. Enquanto enfrentavam jagunços e capangas, fazendeiros e grileiros, soldados e policiais espalhados por toda a região em conflito, acreditavam que a justiça dos homens intercederia por eles. Só não contavam que a própria justiça se voltasse contra eles.

[...] de polícia, delegado, jagunço e político não podiam esperar muito. Entretanto, não contavam com o envolvimento da autoridade judicial. De uma feita, caiu o último baluarte em que os posseiros podiam colocar sua confiança (SILVA, 1996, p. 94).

Ao perceberem que estavam sozinhos nesta luta, que a justiça na verdade trabalhava contra eles, estes posseiros resolvem pegar em armas para defender suas posses, e é justamente neste momento que a presença do PCB se fez de forma mais

efetiva. Se em um primeiro momento o PCB (principalmente as lideranças regionais do partido) atuou ajudando os posseiros a se organizarem em ligas camponesas, tendo como perspectiva a reivindicação de suas posses via justiça, em um segundo momento podemos perceber o partido ajudando os posseiros na luta armada, orientando-os inclusive com táticas guerrilheiras, com o mesmo

[...] conceito que se popularizou durante a Guerra Fria – as mesmas que constavam de manuais produzidos no Leste Europeu, na China e na Rússia, adotados mais tarde por partidos de esquerda (NOSSA & JÚNIOR, 2010).

Voltando as considerações a respeito do livro “Terra Roxa de Sangue”, este romance acabou por nos apresentar uma figura muito intrigante, que veio a mando da direção central do PCB, com o intuito de auxiliar tanto os dirigentes regionais do PCB quanto os posseiros: o “capitão Cabrera”⁴. No romance nos é relatado que, após alguns meses da chegada deste personagem à área em conflito, acaba preso pelas autoridades locais e, interrogado por estes, delata não somente os participantes do conflito, como também planos de futuras emboscadas, armas das quais utilizavam os posseiros, quantos eles eram, enfim, entregou tudo e todos. E, o mais impressionante: mesmo sendo a cadeia em que fora preso uma das mais bem vigiadas do Estado do Paraná (devido justamente ao conflito existente na região), acaba fugindo, e seu paradeiro permanece como uma incógnita até os dias atuais.

Será que tal pessoa realmente existiu? E sua delação, qual a real importância que teve no conflito? Trazer a luz da historiografia um personagem que nos fora apresentado pela literatura passou a ser o foco da atenção deste trabalho, justamente pelo fato de que, no livro, tal delação é apresentada como peça primordial na desarticulação de toda a resistência empreendida por posseiros, com a ajuda primordial de integrantes regionais do próprio PCB.

Tendo esta perspectiva em mente foi que passamos a seguir uma significativa pista: no decorrer de sua obra Joaquim Carvalho menciona, através da fala de um de seus personagens, que um interrogatório com este integrante do PCB central foi realizado pelas autoridades que o capturaram. “[...] O homem (“capitão Cabrera”) desfiou um rosário de delações difícil de ser guardado de cor, mas que o moço pode

⁴ O autor Joaquim Carvalho da Silva, em seu livro, se reserva o direito de usar este pseudônimo para designar o “capitão Carlos”, como ficou conhecido na região Celso Cabral de Mello.

muito bem, se quiser, encontrar lá no Fórum onde está guardado o processo” (SILVA, 1996, p. 143).

Após intensas pesquisas realizadas durante meses no Fórum de Porecatu e no Arquivo Público do Paraná, com sede em Curitiba, e contando com a ajuda dos funcionários de ambos os lugares, obtivemos tal interrogatório, onde se pode constatar não somente a delação empreendida pelo personagem “capitão Cabrera” mencionada no romance, como também de que seu verdadeiro nome é Celso Cabral de Mello, e que ficou popularmente conhecido na região pelo codinome de “capitão Carlos”.

Abaixo, segue um pequeno trecho de tal interrogatório, onde Celso Cabral descreve, com precisão, os armamentos dos quais possuíam os posseiros:

[...] dando um balanço no armamento do grupo, por ocasião da ação policial conjugada, [...] o seguinte armamento: duas sub-metralhadoras, seis granadas de mão, doze carabinas, a metade da qual em mau estado de funcionamento, três ou quatro pistolas “Parabellum”, uma pistola Colt 45, um mosquetão, sessenta cartuchos de metralhadora 9mm., cerca de trezentos cartuchos para metralhadora 45, cerca de 400 cartuchos para o mosquetão, cerca de oitocentos tiros munição 44, uma carga para cada pistola e cerca de sessenta tiros para revolver (Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS, Pasta 427/188).

Além deste interrogatório, uma série de reportagens publicadas pela Folha de Londrina nos anos de 1980 também destacam tal delação. Alguns personagens que participaram diretamente do conflito são entrevistados, dentre eles figuras importantes do PCB no cenário nacional, como João Saldanha⁵, e pessoas regionalmente importantes do partido, como Manoel Jacinto Correa⁶. Ambos comentam tal delação, e em seus discursos podemos constatar um misto de ódio, amargura, ressentimento, enfim, sentimentos que, com o passar do tempo, são potencializados quando não se tem a oportunidade de falar sobre tal assunto.

Deste modo, tendo em mãos estas duas fontes, tanto o interrogatório quanto as entrevistas realizadas pelo jornal Folha de Londrina, partimos para a procura de algum documento do próprio PCB sobre esta delação. Mas, até o momento, não conseguimos

⁵ Personagem de destaque no cenário nacional, João Saldanha participou efetivamente da Guerra de Porecatu como militante comunista do PCB. Mais tarde, viria a ser o técnico da seleção brasileira até as vésperas da Copa do Mundo de 1970, depois substituído por Zagalo, devido a divergências com o governo militar brasileiro.

⁶ Primeiro comunista eleito vereador pela cidade de Londrina, significativa liderança do PCB na região e que muito ajudou os posseiros na luta pela defesa de seus interesses.

encontrar qualquer balanço, qualquer reavaliação sequer realizada pelo “Partidão” sobre esta delação. O silenciamento sobre tal fato é nítido. Encontramos, sim, algumas publicações que tratam da guerra de maneiras e com propósitos distintos.

Ângelo Priori, professor da UEM (Universidade Estadual de Maringá), realizou um significativo trabalho acadêmico sobre a Guerra de Porecatu. No artigo intitulado “A revolta camponesa de Porecatu”, texto condensado da tese de doutorado “A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do PCB no campo (1942-1952)”, destaca a importância de se rever este silêncio empreendido por parte do PCB.

[...] silêncio que ainda está pra ser revisto é o do Partido Comunista. O movimento de Porecatu sempre foi ignorado por este. Pouquíssimos são os documentos que tratam do assunto, assim mesmo em citações rápidas. Não foi localizado nenhum relatório crítico sobre o tema. (PRIORI, 2009, p.142).

Um significativo trabalho sobre a atuação do PCB no Estado do Paraná é a dissertação de Mestrado de Márcio Mauri Kieller Gonçalves “Elite vermelha: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1946)”. Nele, Kieller menciona a Guerra de Porecatu e a atuação dos militantes comunistas neste conflito. Chega inclusive a realizar entrevistas com militantes que fazem menção a atuação do partido neste evento. Porém, não há qualquer citação, a menor que seja, a respeito da delação. Sequer o nome de Celso Cabral de Mello, o delator, fora mencionado neste trabalho.

Podemos encontrar, nesta dissertação, comentários a respeito de alguns importantes membros do partido que tiveram participação direta no conflito, como os já citados acima João Saldanha e Manoel Jacinto Correa. Mas, em nenhum momento, encontramos qualquer comentário a respeito da delação empreendida pelo “capitão Carlos”.

Na entrevista⁷ concedida por Manoel Jacinto Correa ao jornal Folha de Londrina, concedida ao repórter Pedro Paulo Felismino nos anos de 1980, podemos perceber fortes críticas sobre a atuação do PCB central em Porecatu, assim também como a participação de Celso Cabral de Mello.

⁷ Vale aqui destacar que, por aproximadamente 30 anos, ou seja, do final do conflito até as reportagens concedidas a Folha de Londrina, Manoel Jacinto não concedera entrevista oficial sobre o ocorrido em Porecatu. E, meses após esta entrevista, o mesmo viera a falecer.

[...] eles achavam que nós, crioulos da região, os pernas de pau, não éramos capazes de nada, por isso mandaram aquele sujeito, que era o 'tal', completamente ignorante no trato com os camponeses e que aqui fez sua lei, indispondo-se, inclusive, contra nós que tínhamos outras intenções na luta (Depoimento de Manoel Jacinto Correa, Folha de Londrina, 26 jul. 1985).

Outro importante relato do “Velho Mané”, apelido dado a Manoel Jacinto Correa:

O pessoal do Comitê Central viu no movimento dos posseiros a possibilidade de desencadear um movimento nacional de luta armada e ninguém tinha consciências disto ainda, inclusive nós que lutávamos. [...] temos a lamentar a incoerência dos comunistas que orientaram o movimento, porque ao mesmo tempo em que davam como tarefa o desencadeamento de uma luta desse tipo a pessoas sem experiência, entregaram o comando a um elemento oriundo da direção central que prejudicou tudo. [...] Simplesmente consideraram esta luta sem nenhum fundamento, nunca propuseram tirar dela o menor ensinamento e nunca fizeram crítica e autocrítica de suas posições. Simplesmente, na sua grandeza, vaidade e auto-suficiência, chegaram a considerar os integrantes da luta aventureiros, mas nunca reconheceram que a luta foi feita com o comando e orientação deles mesmos. Se havia aventureiros era no próprio organismo, que autorizou os quadros intermediários a este tipo de luta (Depoimento de Manoel Jacinto Correa, Folha de Londrina, 27 jul. 1985).

João Saldanha também fora entrevistado pelo repórter Pedro Paulo Felismino em uma visita feita pelo ex-técnico da seleção brasileira a Londrina. Na entrevista concedida, Saldanha faz duras críticas à atuação do PCB central, destaca a atuação dos militantes regionais do partido, e lembra, com repulsa explícita, da atuação desastrosa de Celso Cabral. Com a palavra, João Saldanha sobre o “capitão Carlos”:

Ele foi um delator. Representava a ultra-esquerda no partido e não só eu, como inúmeros amigos, chegamos a conclusão de que nem este era seu nome verdadeiro. Ele chegou ao Norte do Paraná em 1950-51 e não disparou um único tiro. [...] A vinda de Celso foi uma ingerência ruim, por ter desviado a conotação do movimento armado. [...] A gente – eu, o Mané Jacinto, o médico Newton Câmara – chorava de raiva com a situação. Pô, esse cara (Celso Mello) tinha vindo aqui atrair a repressão com seu exército de Brancaleone⁸. A gente lutava legalmente e nenhum de nós confiava nesse cara (Depoimento de João Saldanha, Folha de Londrina, 25 jul. 1985).

⁸ Referência ao filme “O Incrível Exército de Brancaleone”, produzido no ano de 1966 pelo cineasta Mario Monicelli, e que narra as aventuras do cavaleiro Brancaleone, espécie de Don Quixote maltrapilho que, juntamente com um “exército” formado por quatro miseráveis, parte rumo a um feudo que julga ser seu por direito.

No intuito de se tentar compreender a atuação dos dirigentes do PCB central junto aos posseiros, serão realizadas breves, mas pontuais, considerações acerca de textos de dois importantes teóricos marxistas do século XX que, graças a suas expressivas interpretações, irão dialogar neste momento: o polonês Adam Schaff e o brasileiro Caio Prado Junior.

Analisando a interpretação que Adam Schaff realiza no primeiro capítulo de seu livro “História e Verdade”, pode-se perceber uma importante consideração acerca de três modelos em relação ao processo do conhecimento. Seriam eles:

O modelo mecanicista, no qual

[...] o objeto do conhecimento atua sobre o aparelho perceptivo do sujeito que é um agente passivo, contemplativo e receptivo; o produto deste processo, o conhecimento, é o reflexo, a cópia do objeto, reflexo cuja gênese está em relação com a ação mecânica do objeto sobre o sujeito (SCHAFF, 1995, p. 73).

O modelo idealista, onde percebe-se

[...] a predominância, se não a exclusividade, (da) volta ao sujeito que conhece, que apercebe o objeto do conhecimento como sua produção. Este modelo concretizou-se em diversas filosofias subjetivas-idealistas e – no estado puro – no solipsismo⁹ (SCHAFF, 1995, p. 74).

E o modelo do qual Schaff faz questão de se pronunciar a favor, desenvolvido pela filosofia marxista, ou seja, o modelo materialista, em que

[...] é atribuído um papel ativo ao sujeito, [...] (onde se propõe) uma relação cognitiva na qual tanto o sujeito como o objeto mantém a sua existência objetiva e real, ao mesmo tempo em que atuam um sobre o outro (SCHAFF, 1995, p. 75).

Já na análise da obra de Caio Prado Júnior, “Revolução Brasileira”, escrita no início dos anos de 1960, e tendo como principal objetivo analisar o caminho percorrido pelos teóricos marxistas brasileiros até aquele momento, pode-se perceber a intenção do autor em demonstrar, através de inúmeros exemplos, os equívocos cometidos por estes teóricos que, ao estudar as teorias marxistas e tentar aqui, em território brasileiro, aplicá-las, não se preocuparam com a conjugação da teoria com a prática, situação esta

⁹ Doutrina filosófica do eu absoluto.

que Prado Junior considera ser fruto de uma significativa insuficiência, por parte destes teóricos, de uma consistente base teórica.

A grande preocupação de Prado Junior concentra-se no

[...] papel que tiveram as insuficiências teóricas das esquerdas brasileiras [...] que não lhes permitiram enxergar a realidade da situação e pressentir o desenlace que as aguardava. Foram sem dúvida essas insuficiências teóricas que tornaram possível [...] (o advento) de teorias decalcadas sobre modelos estranhos e completamente alheados da realidade brasileira (PRADO JUNIOR, 1977, p. 27).

Para este autor, o que acabou por se realizar em território brasileiro foi à tentativa de se impor uma adaptação equivocada de uma interpretação marxista mais equivocada ainda. Ou seja, o que se tentou por em prática foi, de maneira simplista, uma confusa busca em se encaixar “[...] conceitos formulados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente [...] encaixar nesses conceitos a realidade concreta [...] de maneira mais ou menos forçada” (PRADO JUNIOR, 1977, p. 29).

O que não se procurou fazer foi levar em consideração a realidade brasileira. Admitiu-se uma teoria e procurou-se impô-la à nossa realidade, desconsiderando toda e qualquer possibilidade de equívocos interpretativos.

Em se tratando da situação que se refere à conjuntura no campo, o agravante é ainda maior. Seguindo uma linha de pensamento que não distinguia as diferentes formas de socialização existentes nas diversas sociedades mundo afora, o que podemos perceber, segundo Prado Junior, é a existência de um discurso pautado na seguinte consideração: a de que a humanidade em geral teria que, necessariamente, passar por “[...] estados ou estágios sucessivos [...] e anteriores ao socialismo” (PRADO JUNIOR, 1977, p. 29). E quais seriam estes “estados ou estágios”? O feudalismo e o capitalismo!

Chega a dar a impressão de que os teóricos marxistas brasileiros, contextualmente¹⁰ aqui tratados, não chegaram a considerar que Marx e Engels voltaram seus estudos particularmente ao continente europeu e, conseqüentemente, analisaram que o desenvolvimento capitalista que ocorreu nestes países é precedido pelo

¹⁰ Fazemos questão de destacar que procuramos entender tal situação contextualizando tais teóricos, ou seja, analisando-os no período aqui tratado procurando, assim, amenizar possíveis anacronismos e julgamentos premeditados.

feudalismo. Será que as considerações levantadas por Marx e Engels podem ser transpostas e aplicadas em todo mundo, sem que se procure analisar profundamente a realidade existente em cada lugar?

Para Prado Junior, é completamente equivocado pensar assim.

Não há nada tão estranho ao marxismo e dele afastado como pretender dispor a evolução histórica das sociedades humanas em geral dentro de uma sucessão predeterminada de sistemas econômicos, sociais e políticos que se encontrariam em todos os povos e que eles devem necessariamente atravessar. E é isso que fizeram e ainda fazem certos pseudo marxistas [...] quando prefixam para todo e qualquer país uma etapa feudal [...]. Porque isso ocorreu na Europa, não se pode legitimamente concluir que se dá ou deu em outros lugares (PRADO JUNIOR, 1977, p. 34-35).

Podemos perceber uma constante ratificação em se buscar a eliminação dos “restos feudais” ainda existentes no Brasil. Mas, como destaca Prado Junior,

[...] o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. [...] um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós (PRADO JUNIOR, 1977, p. 39).

O que existiu, e ainda insiste em se manter vivo, mesmo nos dias atuais Brasil afora, são formas de trabalho particularmente vinculadas a uma maneira de exploração legal até fins do século XIX, e ainda (claro que guardadas as devidas proporções) presente em nossa sociedade: a escravidão. Não há nada, em nossas origens históricas, que se aproxime de “restos feudais”.

E que tipo de teoria Caio Prado Junior considera como aquela que deveria ter sido posta em prática?

[...] uma teoria que seja expressão da conjuntura econômica, social e política do momento, em que se revelem as questões pendentes e as soluções possíveis para as quais essas questões apontam. [...] É de uma teoria destas que necessita a revolução brasileira, e não de especulações abstratas acerca da “natureza” dessa revolução, do seu tipo e de sua correspondência com algum esquema ideal (PRADO JUNIOR, 1977, p. 21).

No caso da Guerra de Porecatu, não se procurou ajustar “[...] o que realmente se passava no Brasil e o que eles entendiam que se deveria passar” (PRADO JUNIOR, 1977, p. 38). Não procuraram se aproximar daquela realidade brasileira; preocuparam-

se em tentar encaixar peças que não se encaixam, ou seja, tentaram impor uma interpretação equivocada a uma realidade que não condizia em nada àquela interpretação.

Prova disso está no texto escrito por Luís Carlos Prestes em 1949, ano ápice do conflito em Porecatu, que se refere aos “restos feudais”:

A luta do nosso povo contra a miséria, o atraso e a ignorância, a luta contra a exploração e a opressão crescente, pelo progresso e pela democracia é, antes de tudo, a luta pela independência nacional, contra o jugo colonizador do imperialismo norte-americano. Mas é igualmente a luta contra os restos feudais, contra as formas pré-capitalistas de exploração, em que se baseia o imperialismo, adaptando-as aos seus interesses (Informe político de Luís Carlos Prestes ao Comitê Central, PRADO JUNIOR, 1977, p. 66).

Seguindo a linha de raciocínio de Adam Schaff em relação aos três modelos do processo do conhecimento apresentados acima, ou seja, os modelos mecanicista, idealista e materialista, e buscando relacioná-lo ao texto de Prado Junior, é que podemos constatar o anacronismo teórico não só por parte do “capitão Carlos”, mas principalmente das lideranças centrais do PCB.

Ao se tentar por em prática uma interpretação marxista dogmática, mecânica, que não se preocupou em considerar a realidade dos posseiros e das lideranças regionais do PCB na Guerra de Porecatu, além de subjugar a inteligência daqueles que conheciam como ninguém as adversidades por que estavam passando, esses indivíduos impuseram e levaram adiante apenas a interpretação teórica.

Diferentemente do modelo materialista dialético defendido tanto por Schaff como Prado Junior, em que sujeito e objeto relacionam-se mutuamente, onde tanto um como o outro mantém sua existência objetiva e real, respeitando as particularidades existentes em cada um neste processo, os intelectuais do “Partidão”, ao que tudo indica, aproximam-se mais do modelo mecanicista apresentado por Schaff. Mas em que sentido?

Aparentemente, no sentido de crer que a teoria marxista (ou seja, o objeto estudado) a eles apresentada não precisava passar por nenhum processo profundo de confronto entre teoria e realidade concreta. Tal qual o modelo mecanicista proposto por Schaff, o que se vê aqui é o objeto apropriando-se, revestindo de tal forma o sujeito que este, quando se manifesta, exterioriza um “[...] agente passivo, contemplativo e

receptivo, cujo papel na relação cognitiva é o de registrar estímulos vindos do exterior, papel semelhante ao de um espelho” (SCHAFF, 1995, p. 75).

Tais considerações se devem principalmente ao fato de não termos encontrado nenhum documento, até o momento, que trate não somente deste fato em específico, ou seja, o da delação propriamente dita, mas também das conseqüências de tal ação. Como se pode constatar até aqui, diversas são as fontes consultadas no intuito de se tentar entender tal delação, qual o impacto que esta teve na vida dos posseiros, dos militantes regionais do PCB e o porquê de não ser, até a presente data, revista criticamente pelo próprio partido.

Partindo de uma perspectiva historiográfica que privilegia não uma ou outra fonte de forma específica, mas sim as inúmeras possibilidades de fontes disponíveis, é que neste momento nos atentaremos a comentar sobre a importância da utilização e de como estas fontes são tratadas em nosso trabalho.

Em se tratando do romance histórico, importante fonte utilizada neste trabalho, destacamos o texto de Mário Maestri, “História e romance histórico: fronteiras”, onde o mesmo destaca que

[...] a narrativa ficcional em prosa constitui fonte documental essencial, já que expressa, poderosamente, os cenários; a linguagem; as personagens dominantes; as concepções e visões de mundo; as preocupações e preconceitos sociais; etc. da época em que foi produzida (MAESTRI, 2002, p. 4).

Assim, recorrendo ao romance histórico e utilizando-se deste como fonte para a realização de seu trabalho, o historiador consegue se aproximar dos acontecimentos de determinada época a ser estudada. A isto se deve ao fato de que o autor de um romance histórico

[...] seleciona, nos documentos, nas memórias, nos relatos, na historiografia, e nos seus conhecimentos e idéias, conscientes e inconscientes, sobre o passado, o material sobre o qual construirá seus enredos, protagonistas e paisagens (MAESTRI, 2002, p. 6).

Ou seja, se há a intenção, por parte do romance histórico, de retratar uma determinada época, o autor até pode recorrer à criação de personagens fictícios (recorrendo à licença poética para alterar os nomes dos personagens, como no caso do

“capitão Carlos”), mas deve investigar detalhadamente a época que abordará, para que seus personagens tenham falas condizentes à realidade na qual estão inseridos.

Já nas considerações a respeito da importância de se recorrer a testemunhas, como nas entrevistas realizadas com os participantes da Guerra de Porecatu, é primordial que seja preparada, antes de qualquer coisa, uma base sólida para que essas memórias sejam assentadas de forma digna e não se percam ou não se esqueça tão rapidamente o que ficou por tanto tempo reservado a um círculo restrito de ouvintes.

Paola Méndez, no artigo “Entre el silenciamento y la memoria”, que trata dos sujeitos que foram silenciados pela ditadura chilena, ratifica esta situação tratada no parágrafo acima, ao destacar a importância que tem o que chama de “empreendedores da memória”, ou seja, aqueles que buscam dar voz às memórias dos silenciados.

Isto é o que justamente parece ocorrer com os denominados crimes contra a humanidade, pois a impossibilidade de se rever estes vestígios não está somente na ocultação por parte dos vitimadores, mas também na inexistência de uma superfície adequada que se possa escrever com justiça estes acontecimentos. Precisamente, a tarefa dos empreendedores da memória tem sido gerar esta superfície para que estes acontecimentos sejam escritos (MÉNDEZ, 2005, p. 2).

Ao apresentar determinada vivência no ato testemunhal, ao rememorar algo vivido no passado e que foi alimentado, dia a dia, com pesadas cargas de ressentimentos, somente a preparação de um solo, de uma base, de uma superfície adequada em que se possa, com justiça, escrever todos estes eventos traumáticos, só assim temos a “[...] capacidade de resignificar a experiência, não somente a do trauma, mas sim do testemunhar mesmo” (MÉNDEZ, 2005, p. 3).

E, agindo dessa forma, estes testemunhos irão ocupar um lugar próprio, hierarquizado dentro da estrutura do espaço público.

Somente trazendo à tona estas considerações é que podemos perceber com maior clareza a importância que teve, e ainda hoje tem, a série de reportagens sobre a Guerra de Porecatu realizada pelo jornal Folha de Londrina no início dos anos oitenta. Considera-se a importância desta série de reportagens por elas terem se apresentado como uma superfície digna, na qual essas memórias foram assentadas da forma mais adequada possível, onde os testemunhos puderam expor seus pontos de vista com

clareza, seus ressentimentos com lucidez, seus ódios e amarguras sem a preocupação de serem censurados.

Continuando a discussão a respeito da importância da utilização de testemunhas como fonte histórica, recorremos a Michael Pollak em seu texto “Memória e Identidade Social”. Para este autor, a importância de se considerar o testemunho como peça primordial para a compreensão de acontecimentos históricos está justamente no fato de que, ao nos depararmos com uma testemunha, devemos ter todo um cuidado na interpretação desta fonte, fato este que obriga-nos a constantemente buscar uma sensibilidade cada vez mais aguçada. O modo como devemos lidar com este tipo de fonte talvez tenha de ser mais cuidadoso do que o trato que temos com fontes escritas, pois a testemunha carrega consigo uma forte carga emocional, muito pelo fato de ter participado, vivido determinado evento.

Dessa forma, ao analisar uma fonte testemunhal, o que devemos fazer é justamente encontrar (tomando o máximo de cuidado para não interferirmos no ato testemunhal) mecanismos que controlem as distorções advindas desta narrativa memorial.

Tomando estes devidos cuidados, poderemos encontrar “[...] entre o falso e o verdadeiro, [...] aquilo que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, [...] aquilo que é mais importante para a pessoa” (POLLAK, 1992, p. 07).

Não há, portanto, ao se analisar a importância tanto da fonte oral, testemunhal, quanto da fonte escrita, a possibilidade de considerarmos uma como sendo mais importante que a outra. Estes dois modelos de análise historiográfica podem ser criticados por aqueles que estudam os pormenores da história do mesmo modo.

Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal qual todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável a fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal qual ela se apresenta (POLLAK, 1992, p. 08).

Assim, baseando-se nestes dois autores, reforçamos a defesa do uso do testemunho como importante fonte da qual não se pode prescindir. E, após promover as discussões tratadas acima, finalizamos destacando que, no evento aqui estudado, o da Guerra de Porecatu, há um significativo agravante: o do silenciamento.

Posseiros, militantes regionais, enfim, pessoas que diretamente participaram destes embates, ficaram aproximadamente trinta anos impossibilitados de relatar suas vivências, suas experiências. Por parte dos militantes regionais, o que parece ter acontecido é justamente um não incentivo, por parte do PCB central, para que relatassem tais acontecimentos. E, quando lhes é dada a oportunidade de falar, quando lhes é criada uma base sólida para que possam, dignamente, serem ouvidos, sentimentos tais como ódio, ressentimento, amargura, são facilmente detectados nos discursos destes militantes.

A delação empreendida por Celso Cabral de Mello ficou marcada na memória destes militantes decididamente. No discurso de Manoel Jacinto Correa, por exemplo, fica evidente que as amarguras, o ódio, a aflição, a revolta contra a delação de Celso Cabral de Mello e todos aqueles traidores, “sectários” e “burros”, como faz questão de frisar, o acompanhou boa parte de sua vida. Esses ressentimentos, conservados em sua memória, foram “cozinhados”, em fogo baixo, ao longo de todo este tempo.

BIBLIOGRAFIA

Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Depoimento de Celso Cabral de Mello. Caixa 67/599^a.

FELISMINO, Pedro Paulo. *A guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu p Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50*. Folha de Londrina, 14-28 jul 1985.

GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite Vermelha: Um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná- 1945/1964*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Ciências Sociais, Curitiba, outubro 2004.

MAESTRI, Mário. História e romance histórico: fronteiras. In *Novos Rumos*. Nº 36. Ano 17. 2002.

MÉNDEZ, Paola. Entre El silenciamento y la memória. In *Memorias de La dictadura: rescatando la historia de América Latina*. São Paulo, Congresso de ULAPSI (União Latino americana de Entidades de Psicologia), 2005. p. 1-6.

NOSSA, Leonencio & JÚNIOR, Celso. *Guerras Desconhecidas do Brasil*. O Estado de São Paulo, 19 dez 2010.

PELLEGRINI, Domingos. *Terra Vermelha*. São Paulo: Moderna, 1998.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In *Estudos Histórico*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRIORI, Ângelo. A revolta camponesa de Porecatu. In MOTTA, Márcia & ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, 2008, p. 117-142.

SCHAFF, Adam. A relação cognitiva, o processo do conhecimento e a verdade. In *História e Verdade*, São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 65-98.

SILVA, Joaquim Carvalho da. *Terra roxa de sangue*. Londrina, PR: Eduel, 1996.